

A inserção dos negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre e seu desempenho em períodos de crise*

Jorge Augusto Silveira Verlindo**

Rodrigo Goulart Campelo***

Pesquisador em Sociologia da Fundação de Economia e Estatística (FEE)

Pesquisador em Sociologia da FEE

Resumo

Este artigo tem como objetivo delinear a inserção dos negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), entre os anos 1993-2016, comparando-a com o desempenho da população não negra no mesmo período e observando as diferenças em momentos de elevação do desemprego (biênios 1998-99 e 2015-16). Os dados utilizados são provenientes da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). A análise busca avaliar o nível ocupacional, as taxas de desemprego, os setores de atividade econômica e o rendimento médio.

Palavras-chave: população negra; mercado de trabalho metropolitano, desigualdades raciais

Abstract

This article aims to delineate the insertion of black people in the labor market of the Metropolitan Area of Porto Alegre (RMPA) between 1993 and 2016, comparing it with the performance of the non-black population in the same period, observing the differences in moments of unemployment growth (1998-99 and 2015-16). The data used come from the Employment and Unemployment Survey in the Metropolitan Area of Porto Alegre (PED-RMPA). The analysis seeks to assess the employment level, the unemployment rates, the economic activity sectors and the average earnings.

Key words: black people; metropolitan labor market; racial inequalities

1 Introdução

Neste artigo, busca-se comparar e compreender o comportamento dos contingentes populacionais de negros e não negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período 1993-2016, utilizando-se os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA)¹. Os negros sofreram, ao longo da história brasileira, diferentes formas de discriminação²; portanto, é muito relevante a sua manifestação no mercado de trabalho (THEODORO, 2008).

* Artigo recebido em 10 out. 2017.
Revisora de Língua Portuguesa: Elen Jane Medeiros Azambuja

** E-mail: verlindo@fee.tche.br

*** E-mail: campelo@fee.tche.br

¹ A PED-RMPA teve seus primeiros resultados divulgados em jun./92, sem dispor de indicadores para o período anterior a abril desse ano. Aqui, neste trabalho, utilizam-se os dados anuais que iniciaram em 1993.

² Adotam-se aqui as definições das formas de discriminação racial previstas no Artigo 1.º §1 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, proposta pela Resolução n.º 2.106-A da Assembleia das Nações Unidas, em 21 de dezembro de 1965, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 23 de 21.6.1967 e ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968. Entrou em vigor no

Os negros constituem um dos segmentos populacionais (juntamente com mulheres, indígenas, pessoas com deficiências físicas e/ou mentais) que, historicamente, tiveram grandes dificuldades para a inserção no mercado de trabalho livre assalariado.³

Desde a abolição da escravidão, portanto, inserções mais precárias na estrutura ocupacional que as da população não negra, menores rendimentos e maior suscetibilidade ao desemprego são as vicissitudes típicas pelas quais passam os trabalhadores negros no Brasil. Da mesma forma, isso ocorre na Região Metropolitana de Porto Alegre, com variações de intensidade, conforme o contexto econômico.

A década de 90 foi marcada por crescimento do desemprego e crescimento da informalidade, que atingiu uma parcela significativa da População Economicamente Ativa (PEA) da RMPA, num processo que ficou conhecido como precarização do trabalho (DE TONI, 2006). O mau desempenho do mercado de trabalho, nessa década, decorreu principalmente das mudanças no plano econômico (Plano Real)⁴ e do processo de reestruturação produtiva⁵.

Em contraste com a década de 90, e revertendo sua dinâmica, houve uma recuperação do mercado de trabalho na primeira década dos anos 2000: o ritmo de geração de novas ocupações se expandiu, o contingente de trabalhadores com carteira assinada apresentou elevação expressiva, a taxa de formalização reverteu a tendência negativa e a taxa de desemprego diminuiu sistematicamente (ARANDIA, 2013). Porém, o baixo crescimento econômico fez com que, a partir de 2014, muitas das melhorias em relação aos anos 90 — diminuição da taxa de desemprego, formalização do trabalho, aumento da renda — ficassem sob ameaça e algumas até fossem revertidas. Isso se torna bem visível nos dados da PED-RMPA (BORGES; BIASOLI, 2015; BASTOS, 2016).

O período 1993-2016, portanto, evidenciou alternâncias entre desempenhos favoráveis e desfavoráveis no mercado de trabalho. Procurou-se, neste estudo, delinear, de forma sucinta, a inserção dos negros, em comparação com os não negros, e a evolução das desigualdades em momentos de crise no emprego, como nos biênios 1999-2000 e 2015-16, dentro de contextos econômicos diferenciados. Com esse panorama geral e com a análise específica dos biênios, visa-se responder às seguintes indagações: quais as características da trajetória dos negros ao longo da série histórica que os diferencia dos não negros? A evolução dessa trajetória mostrou-se similar ao longo do período em análise, revelando uma tendência? Em um ambiente de deterioração do mercado de trabalho metropolitano, identificam-se impactos diferentes para os negros e os não negros?

O artigo encontra-se assim dividido: na segunda seção, apresentam-se aspectos demográficos e de participação dos negros no mercado de trabalho da RMPA; na terceira, trata-se do desempenho do nível ocupacional

Brasil em 4.1.1969. Promulgada pelo Decreto n.º 65.810, de 8.12.1969. Publicada no D.O. de 10.12.1969: "Para fins da presente Convenção, a expressão "discriminação racial" significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública".

³ Os negros (homens e mulheres), em nosso país, foram submetidos ao processo de escravidão, caracterizado pelo trabalho realizado sob coação física e psicológica e em condições desumanas por mais de três séculos (desde o estabelecimento da Vila de São Vicente, em 1532, até a abolição, em 1888). Sua mobilidade social após a abolição foi muito reduzida. Não houve nenhum tipo de indenização, distribuição de terras, qualificação de trabalhadores ex-escravos e de seus descendentes, planos de escolarização ou qualquer política pública que amenizasse a situação dos escravos recém-libertos e que os preparasse para o mercado de trabalho assalariado. Some-se a isso o racismo como obstáculo para acessar o mercado de trabalho e tem-se uma situação crônica de negros com trabalho e condições de vida precários. Justamente para esta última questão — o racismo — que Florestan Fernandes (1965) e Carlos Hasenbalg (1979) chamam atenção na discussão sobre a integração precária dos negros na sociedade de classes após a abolição e a continuidade desse processo, nas décadas de 30 e 40. Com a urbanização, a industrialização e a promulgação das leis, Florestan Fernandes, juntamente com outros sociólogos brasileiros, concluiu que a teoria da democracia racial proposta nos anos 30 por Gilberto Freyre — que teve apoio de Donald Pierson e Marvin Harris — era um mito. As desigualdades raciais não seriam superadas pela miscigenação e nem as relações raciais eram harmônicas e igualitárias. Para Florestan Fernandes, o racismo era generalizado na sociedade brasileira e era esse o fator principal que levava à desigualdade racial e não simplesmente a herança de séculos de escravidão (TELLES, 2003). Tendo como foco os negros na cidade de São Paulo, Florestan chegou às seguintes conclusões: (a) apesar da mudança de seu *status* legal após a abolição, negros e mulatos não modificaram substancialmente suas posições na hierarquia social; (b) a ordem social competitiva do capitalismo limitou as possibilidades de inclusão desse segmento, principalmente porque havia falta de preparo para a assimilação do trabalho livre; (c) ex-escravos e "homens livres de cor" foram relegados a formas econômicas pré-capitalistas e áreas marginais da economia urbana; (d) a degradação pela escravidão e uma integração deficiente à estrutura da sociedade de classes combinaram-se e produziram um padrão recorrente de isolamento econômico de negros e mulatos (MAIA; GARCIA, 2007). Já Carlos Hasenbalg defendeu a ideia de que o racismo era compatível com o desenvolvimento capitalista no Brasil. Suas pesquisas demonstraram, por exemplo, que as disparidades raciais persistiam mesmo no período de maior crescimento da economia brasileira. O racismo atendia os interesses dos brancos dominantes, por meio da desqualificação dos negros, que agora eram concorrentes no mercado de trabalho (TELLES, 2003). Para Hasenbalg, o mito da democracia racial brasileira havia sido usado como instrumento ideológico de controle social, para legitimar a estrutura vigente de desigualdades raciais e impedir que a situação viesse a se tornar objeto de discussão política (MAIA; GARCIA, 2007).

⁴ Sobre o papel do Plano Real na economia em geral e no mercado de trabalho em particular, ver Arandia (2013).

⁵ Sobre a reestruturação produtiva, ver Baltar (2003).

dos negros, juntamente com seu nível de escolaridade; na quarta, faz-se uma caracterização do desemprego; na quinta, examina-se o comportamento dos rendimentos; na sexta, enfocam-se os biênios de elevação do desemprego e de seus efeitos sobre negros e não negros; e, por fim, na sétima, nas **Considerações finais**, faz-se uma síntese dos principais aspectos revelados por esta pesquisa.

2 População e força de trabalho dos negros

O crescimento da População em Idade Ativa (PIA)⁶ negra foi menor que o da população não negra na RMPA. A população negra cresceu 31,3% em 24 anos contra 46,3% de crescimento da população não negra no mesmo período. Seu contingente passou de 323 mil em 1993 para 424 mil em 2016. Durante esse período, o comportamento anual da PIA negra foi mais errático, alternando anos em que houve crescimento com anos em que houve decréscimo, enquanto a PIA não negra cresceu mais regularmente, o que pode ser consequência das características metodológicas da PED⁷, conforme já observado por Bastos (2015). A parcela relativa dos negros na PIA total da região reduziu de 12,9% em 1993 para 11,9% em 2016. Isso pode sugerir aumento de migrantes não negros vindos para a RMPA em maior proporção do que negros, já que a diferença mais marcante entre negros e não negros é que a parcela relativa de crianças e adolescentes tem maior magnitude na PIA negra, enquanto, entre os não negros, a participação relativa dos indivíduos maduros, de 40 anos ou mais, é maior na respectiva PIA, ou seja, a PIA negra, em termos comparativos, é relativamente mais jovem do que a não negra (VERGARA, 2014). Tanto no caso dos negros como no dos não negros, o crescimento da PIA feminina foi superior ao da masculina. As mulheres negras tiveram aumento de 35,6% em sua população em idade ativa, e os homens negros, 26,2%. A população de mulheres não negras na PIA aumentou 47,8%, e a dos homens não negros, 39%. Destaca-se que as mulheres detinham, tanto no início como no fim do período, maiores parcelas relativas da PIA, nos dois segmentos populacionais. Vê-se, pela Tabela 1, que os anos de maior crescimento da PIA para os negros foram 2001-10, enquanto, para os não negros, foram 1993-2000. É preciso salientar que a pesquisa PED não capta dados referentes às taxas de natalidade e mortalidade, o que não permite fazer muitas inferências sobre comportamento demográfico.

Tabela 1

Variação da População em Idade Ativa, por raça/cor e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2000, 2001-10 e 2011-16

PERÍODOS	TOTAL	NEGROS			NÃO NEGROS		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1993-2000	18,4	7,4	8,0	6,7	20,0	21,5	18,4
2001-10	13,2	33,6	33,8	33,3	10,4	11,9	8,8
2011-16	3,6	3,2	6,8	-1,1	3,6	4,5	2,6

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.
NOTA: Raça/cor negra = pretos e pardos; raça/cor não negra = brancos e amarelos.

No âmbito do mercado de trabalho da RMPA, a PEA⁸ teve um crescimento de 32,2% entre 1993 e 2016. Contudo, em 2016, teve uma queda de 2,5% em relação a 2015, fazendo com que retornasse a um patamar próximo ao de 2007. No caso específico da força de trabalho negra, houve crescimento de 19,1% no período entre 1993-2016, sendo que, entre as mulheres, aumentou mais que entre os homens (30,6% contra 9,7%). A PEA negra passou de 188 mil em 1993 para 224 mil em 2016. Como se pode constatar na Tabela 2, os anos de maior crescimento para a população negra foram os do período 2001-10, enquanto, para os não negros, foram os do período 1993-2000. Destacam-se as mulheres, tanto negras quanto não negras, cuja população economicamente ativa aumentou muito mais do que a dos respectivos grupos de homens nos anos 1993-2000.

Entre 1993 e 2016, a PEA não negra aumentou 34,2%, bem mais que a dos negros. Como no caso da força de trabalho negra, a PEA das mulheres não negras também cresceu mais do que a dos homens (53,5% contra

⁶ A PIA abarca a população com 10 anos de idade ou mais.

⁷ Na PED, os entrevistadores definem a cor dos entrevistados.

⁸ A PEA compreende a parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.

21,2%). Devido às diferenças entre esses dois segmentos da população, a parcela relativa de negros na PEA total reduziu-se de 13,2% em 1993 para 11,9% em 2016.

Pode-se também constatar que a força de trabalho feminina cresceu mais do que a masculina, tanto para negros quanto para não negros. Não obstante, para os dois grupos populacionais, os homens ainda continuavam, em 2016, correspondendo à maior parte da força de trabalho metropolitana.

Tabela 2

Variação da População Economicamente Ativa, por raça/cor e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2000, 2001-10 e 2011-16

PERÍODOS	VARIAÇÃO	NEGROS			NÃO NEGROS		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1993-2000	22,3	8,5	16,5	1,9	24,4	36,7	16,1
2001-10	11,5	28,8	29,4	28,2	9,1	13,4	5,7
2011-16	-3,7	-4,3	-1,8	-6,6	-3,6	-2,9	-4,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: Raça/cor negra = pretos e pardos; raça/cor não negra = brancos e amarelos.

Outra forma de identificar a evolução do engajamento da população negra no mercado de trabalho da RMPA é por meio da taxa de participação⁹. A taxa de participação total dos negros era maior que a dos não negros nos anos 90 (com exceção de 1998). De 2000 a 2016, passou a ser menor (2003 e 2005 foram iguais). As mulheres negras apresentaram, ao longo da série histórica, taxa de participação menor que a dos homens negros. As mulheres não negras também tiveram taxa de participação menor que a dos homens não negros e tiveram taxa de participação menor que as negras ao longo da série histórica. As diferentes taxas de participação de grupos populacionais no mercado de trabalho explicam-se, entre outros fatores, por uma maior ou uma menor pressão que cada grupo sofre para entrar no mercado, devido às necessidades individuais de sobrevivência, às responsabilidades com o provimento de outros grupos, a fatores culturais e à particular demanda do próprio mercado, a qual determina quão facilitado ou obstaculizado é o ingresso de cada segmento na força de trabalho (DE TONI *et al*, 1993).

3 Nível ocupacional

A taxa de ocupação¹⁰ dos negros, em todos os anos da série histórica, foi menor que a dos não negros. A taxa de ocupação das mulheres (negras e não negras) foi menor que a dos homens (negros e não negros). Porém, foram as mulheres em conjunto que aumentaram suas taxas de ocupação ao longo da série histórica, enquanto os homens negros aumentaram-na pouco e os não negros até a diminuíram, comparando-se o último período com o primeiro (Tabela 3).

Tabela 3

Média da taxa de ocupação por raça/cor e sexo na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2000, 2001-10 e 2011-16

PERÍODOS	NEGROS			NÃO NEGROS		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1993-2000	46,3	39,3	54,3	48,6	37,5	60,8
2001-10	46,2	40,1	53,4	50,4	41,8	60,1
2011-16	48,8	42,8	55,9	51,6	43,9	60,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: Taxa calculada conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT): total de ocupados/PIA x 100.

Até 1999, tinha-se, como tendência geral, que a distribuição dos indivíduos de cor negra e de cor não negra era bastante semelhante, ao se comparar a PIA, a PEA e a ocupação. É importante ressaltar que os negros passaram a ter taxa de participação maior e taxa de ocupação menor que a dos não negros. Traduzindo-se essas

⁹ A taxa de participação é a proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

¹⁰ A taxa de ocupação é o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência (os sete dias imediatamente anteriores ao dia da entrevista individual), em relação às pessoas em idade ativa: (ocupados/PIA) x 100.

diferenças, pode-se afirmar que uma maior taxa de participação dos indivíduos negros indica uma maior pressão relativa para obter seu sustento no mercado de trabalho, diante da ausência de outros meios, mas que essa busca apresenta maior probabilidade de se frustrar, devido ao fenômeno do racismo e a menor qualificação e escolaridade da população negra. Isso faz com que seja mais elevada a taxa de desemprego desses trabalhadores. No início dos anos 2000, houve mudança: a taxa de participação dos negros reduziu-se em relação a dos não negros e houve tendência a diminuir a distância entre negros e não negros no mercado de trabalho. Porém, isso não se traduziu em desemprego nos mesmos níveis para as duas populações.

O contingente de ocupados negros na RMPA apresentou uma taxa média anual de crescimento de 0,8% no período 1993-2016, elevando-se de 156 mil para 188 mil indivíduos. Já a população ocupada não negra cresceu, em termos médios, quase o dobro da negra (1,5 % ao ano), passando de 1.098 mil para 1.498 mil. Dados esses movimentos, a parcela relativa de negros no total de ocupados reduziu-se de 12,4% em 1993 para 11,1% em 2016. Ressalte-se o crescimento da população das mulheres não negras ocupadas (2,5% ao ano), cujo contingente elevou-se de 430 mil indivíduos para 686 mil, no período, tendo tido o melhor desempenho entre os diferentes segmentos analisados. A seguir, vieram as mulheres negras, cuja população de ocupados teve crescimento médio anual de 1,4%, passando de 70 mil para 93 mil indivíduos (Tabela 4).¹¹

Tabela 4

Estimativa dos ocupados por raça/cor e sexo na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2016

(1.000 pessoas)

ANOS	TOTAL	NEGROS			NÃO NEGROS		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1993	1.254	156	70	86	1.098	430	668
1994	1.251	150	67	83	1.101	428	673
1995	1.292	170	76	94	1.122	446	676
1996	1.266	152	68	84	1.114	447	667
1997	1.272	169	78	91	1.103	439	664
1998	1.325	147	67	80	1.178	481	697
1999	1.349	137	65	72	1.212	510	702
2000	1.456	155	73	82	1.301	555	746
2001	1.492	164	76	88	1.328	562	766
2002	1.476	155	74	81	1.321	574	747
2003	1.476	157	74	83	1.319	562	757
2004	1.516	157	73	84	1.359	589	770
2005	1.555	182	86	96	1.373	594	779
2006	1.562	199	94	105	1.363	597	766
2007	1.614	215	100	115	1.399	614	785
2008	1.718	252	115	137	1.466	659	807
2009	1.734	263	122	141	1.471	662	809
2010	1.784	240	113	127	1.544	693	851
2011	1.818	208	98	110	1.610	726	884
2012	1.832	225	106	119	1.607	734	873
2013	1.840	217	103	114	1.623	739	884
2014	1.800	232	112	120	1.568	713	855
2015	1.769	229	106	123	1.540	711	829
2016	1.686	188	93	95	1.498	686	812

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: Raça/cor negra = pretos e pardos; raça/cor não negra = brancos e amarelos.

¹¹ A incorporação da mão de obra feminina é um fenômeno mundial, que vem crescendo desde os anos 50, acelerando-se a cada década nas economias mais avançadas e atingindo também países de desenvolvimento tardio e de capitalismo periférico. Primeiro, procurou-se explicar esse movimento pela necessidade das indústrias e de outros setores econômicos, ainda durante a II Guerra Mundial, de suprir a carência de mão de obra, já que os homens achavam-se engajados nas frentes de batalha. Mais tarde, o movimento feminista também foi arrolado como fator que contribui para a feminização da mão de obra (ANTUNES, 2000). No caso específico da RMPA, ocorreu a transformação da estrutura produtiva por causa do contínuo processo de urbanização no entorno de Porto Alegre e da redução das taxas de fecundidade nas famílias, proporcionando a inclusão das mulheres no mercado de trabalho.

3.1 Distribuição, por posição, na ocupação dos negros e não negros

Ao longo da série histórica da PED-RMPA, é notável uma maior concentração do total dos ocupados no trabalho assalariado¹². Nos períodos 1993-2000, 2001-10 e 2011-16, a média dos ocupados na posição de assalariados foi respectivamente de 65,4%, 66,9% e 71,0%. Na comparação entre negros e não negros, os dois segmentos apresentaram, entre 1993 e 2000, redução no total de assalariados: -8,3% para os negros e -8,0% para os não negros. Tal movimento ocorreu devido a intensas reduções no setor público, -23,9% para os negros e -21,3% para os não negros, e no trabalho assalariado com carteira assinada, -4,9% entre os negros e -9,8% entre os não negros. Ainda no trabalho assalariado, percebe-se que, durante o período, cresceu o trabalho assalariado sem carteira no setor privado — 2,4% entre os negros e 35,3% entre os não negros. Contudo, ao se adicionar a variável sexo, percebe-se que o segmento das mulheres negras foi o que teve a maior redução no trabalho assalariado (-10,3%), enquanto os homens negros apresentaram a menor redução: -6,0% (Tabela 5). Nas outras formas de ocupação, destaca-se o crescimento do emprego doméstico, principalmente entre as mulheres: 16,3% entre as negras e 18,2% entre as não negras. Esses números demonstram o processo de precarização por que passou o mercado de trabalho na RMPA, com a redução das relações de trabalho mais formais e com o acesso à proteção social fornecida pela CLT e pelo emprego público.¹³

Tabela 5

Variação da distribuição na ocupação, por raça/cor e sexo, na RMPA — 1993-2000

DISCRIMINAÇÃO	(%)						
	TOTAL	NEGROS	MULHERES NEGRAS	HOMENS NEGROS	NÃO NEGROS	MULHERES NÃO NEGRAS	HOMENS NÃO NEGROS
Total de assalariados (1)	-8,0	-8,3	-10,3	-6,0	-8,0	-7,3	-7,9
Setor privado	-4,0	-3,8	-6,9	-0,3	-4,0	-2,8	-3,9
Com carteira	-9,2	-4,9	-6,9	-2,4	-9,8	-9,7	-8,8
Sem carteira	30,0	2,4	0,0	8,9	35,3	50,0	26,9
Setor público	-21,9	-23,9	-18,9	-27,7	-21,3	-18,8	-26,2
Autônomos	12,1	12,0	5,0	19,0	12,0	2,9	18,9
Empregados domésticos	23,0	25,2	16,3	0,0	28,6	18,2	0,0
Demais posições (2)	21,1	14,8	(3)	0,0	19,0	22,8	17,7

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: Raça/cor negra = pretos e pardos; raça/cor não negra = brancos e amarelos.

(1) Inclui os assalariados que não sabem a qual setor pertencem. (2) Inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. (3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Entre 2001 e 2010, ocorreu uma reversão do processo da década anterior, com aumento do trabalho assalariado (8,2%), impulsionado pelo crescimento dos assalariados com carteira assinada no setor privado (15,2%) e pelos assalariados do setor público (3,4%). De modo concomitante, as formas de ocupação mais precárias sofreram redução: assalariados sem carteira (-16,0%), autônomos (-17,8%) e empregados domésticos (-23,6%). Na comparação entre negros e não negros, percebe-se que, entre os negros, ocorreu redução no setor público (-9,9%), principalmente entre os homens (-19,3%); por sua vez, os não negros demonstraram crescimento no setor público (5,1%), principalmente os homens (7,6%). Contudo, no trabalho assalariado com carteira assinada, os negros apresentaram um crescimento mais intenso (30,7%) do que os não negros (13,1%). O aumento do trabalho com carteira assinada foi mais intenso entre as mulheres negras (40,5%), ao mesmo tempo em que ocorreu uma intensa redução de sua participação no emprego doméstico (-34,0%); entre os não negros, as mulheres também apresentaram maior crescimento no trabalho com carteira do que os homens (Tabela 6).

¹² De acordo com a metodologia da PED, trabalho assalariado é o trabalho no setor privado (com e sem carteira de trabalho assinada) e no setor público.

¹³ A década de 90 foi marcada pelo crescimento do desemprego e da informalidade, que atingiu parcela significativa da PEA (ARANDIA, 2013). O mau desempenho do mercado de trabalho na década de 90 decorreu principalmente das mudanças no plano econômico (Plano Real) e do processo de reestruturação produtiva. A implementação do Plano Real trouxe a estabilidade dos preços e a sobrevalorização da moeda nacional (ARANDIA, 2013, MORETTO; KREIN, 2005). A reestruturação produtiva foi induzida pela política econômica e pelas reformas estruturais. Essa reestruturação teve consequências deletérias para o mercado de trabalho (BALTAR, 2003). Além dos efeitos no setor privado, houve também a redução dos assalariados no setor público, relacionada com o processo intenso de privatizações dos anos 90, que reduziu os postos existentes. Sobre a precarização do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre nos anos 90, ver De Toni (2006).

Tabela 6

Variação da distribuição na ocupação, por raça/cor e sexo, na RMPA — 2001-10

(%)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	NEGROS	MULHERES NEGRAS	HOMENS NEGROS	NÃO NEGROS	MULHERES NÃO NEGRAS	HOMENS NÃO NEGROS
Total de assalariados (1)	8,2	16,0	25,9	9,8	7,0	9,9	5,0
Setor privado	9,3	22,1	34,8	15,2	7,4	12,5	4,7
Com carteira	15,2	30,7	40,5	25,3	13,1	17,6	10,9
Sem carteira	-16,0	-11,3	7,4	-19,4	-17,2	-10,6	-20,9
Setor público	3,4	-9,9	-1,6	-19,3	5,1	1,3	7,6
Autônomos	-17,8	-26,3	-20,0	-28,5	-16,0	-16,5	-14,6
Empregados domésticos	-23,6	-34,1	-34,0	(3)	-23,0	-25,5	(3)
Demais posições (2)	-3,9	-6,3	(3)	(3)	-1,8	-4,0	0,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: Raça/cor negra = pretos e pardos; raça/cor não negra = brancos e amarelos.

(1) Inclui os assalariados que não sabem a qual setor pertencem. (2) Inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. (3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Entre 2011 e 2016, os resultados indicaram uma continuidade do processo de formalização do mercado de trabalho na RMPA, como mostra a redução do trabalho sem carteira assinada em 27,6%. Contudo, é preciso ressaltar que, em 2015, voltou a crescer a ocupação no emprego doméstico e, em 2016, nos empregos sem carteira, isto é, houve sinais de interrupção do processo de formalização. Isso aconteceu devido às políticas macroeconômicas na conjuntura de recessão e à inflexão na trajetória do desemprego, que foi causada pela combinação da queda da taxa de ocupação com o aumento da taxa de participação na força de trabalho, em 2015, e pela retração da taxa de ocupação, no primeiro semestre de 2016 (BASTOS, 2017). Esses movimentos nas taxas de participação e ocupação ocorreram devido ao baixo crescimento econômico e à pouca geração de empregos. Com a crise, voltaram a ser preenchidos postos mais precarizados.

O principal destaque do período foi a intensa redução do trabalho assalariado sem carteira (-27,6%), que foi ligeiramente mais intensa entre os não negros, principalmente entre as mulheres (Tabela 7).

Tabela 7

Variação da distribuição na ocupação, por raça/cor e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

(%)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	NEGROS	MULHERES NEGRAS	HOMENS NEGROS	NÃO NEGROS	MULHERES NÃO NEGRAS	HOMENS NÃO NEGROS
Total de assalariados (1)	-1,3	-0,8	3,1	-3,3	-1,4	-1,1	-1,5
Setor privado	-0,7	0,0	3,6	-1,7	-0,9	-1,8	0,2
Com carteira	3,3	3,4	8,6	0,2	3,3	3,7	3,2
Sem carteira	-27,6	-22,1	0,0	-12,5	-29,3	-38,9	-20,5
Setor público	-4,2	-5,8	0,9	-16,3	-4,1	1,3	-12,0
Autônomos	-2,8	2,4	-7,3	9,4	-3,5	-5,5	-1,7
Empregados domésticos	0,0	-9,7	-12,4	(3)	2,1	1,0	(3)
Demais posições (2)	15,2	0,0	(3)	(3)	12,7	14,9	12,4

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: Raça/cor negra = pretos e pardos; raça/cor não negra = brancos e amarelos.

(1) Inclui os assalariados que não sabem a qual setor pertencem. (2) Inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. (3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

4 Desemprego: taxas e contingentes

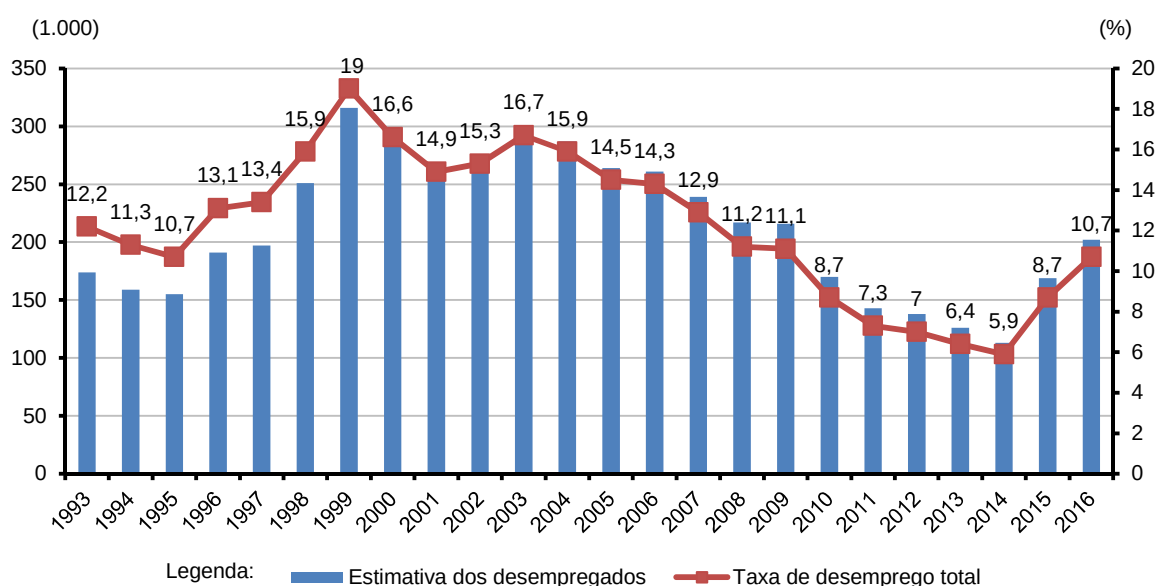
Em mercados de trabalho heterogêneos, como é o caso brasileiro (SALM, 1987, DEDECCA; BALTAR, 1997), uma grande parte da população ocupada não possui emprego regulamentado de acordo com a legislação trabalhista em vigor: estão inseridos no mercado de trabalho como trabalhadores autônomos, empregados domésticos ou assalariados sem carteira assinada (BASTOS, 2006). Nesses casos, estão, muitas vezes, fora dos sistemas de proteção trabalhista e previdenciário. A população negra é a mais afetada, porque, estruturalmente, encontra-se em situação econômica e social desfavorável em relação aos não negros, e isso a pressiona a ter trabalhos menos qualificados e menos remunerados.

Para o comportamento do desemprego na RMPA, no período em análise, pode-se constatar um início de taxas altas: “Chama atenção a elevada taxa de desemprego total (13,9%), condição em que se encontram nada menos do que 201 mil pessoas, sendo que, destas, 8,1 % estão em situação de desemprego aberto e 5,8 % no desemprego oculto” (DE TONI *et al*, 1993).

No começo dos anos 90, a taxa de desemprego ultrapassava os 10%, depois de 1996, começou a crescer, chegando a 19% em 1999 (316 mil desempregados), sendo, até hoje, a maior taxa registrada na série histórica. Ao longo da primeira década dos anos 2000, a taxa de desemprego foi-se reduzindo de forma constante, até atingir, em 2010, patamares inferiores aos de 1995. A queda continuou até 2014, quando atingiu o menor nível da série, com 113 mil desempregados e uma taxa de desemprego de 5,9%. O desemprego voltou a crescer em 2015 e 2016, tendo a taxa de desemprego se elevado 47,5% entre 2014 e 2015, tornando-se o maior aumento anual ao longo da série (Gráfico 1).

Gráfico 1

Estimativa dos desempregados e taxa de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2016



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

A taxa de desemprego dos negros acompanhou os movimentos da taxa de desemprego para o total dos desempregados, mas se manteve sempre acima da dos não negros. Na maior parte da série, esteve próxima de 55% maior que a dos não negros. Entre os anos 2001 e 2010, a diferença nas taxas de desemprego dava sinais de estar diminuindo, devido à queda mais acentuada nas taxas dos negros.¹⁴ Contudo, essa tendência pareceu estar revertendo-se a partir de 2016, com a taxa de desemprego dos negros voltando a ser 63% superior a dos não negros.

A taxa de desemprego atingiu o menor nível para negros e não negros em 2014. De 1993 a 2014, os negros tiveram uma redução de 49,4%, e os não negros, de 52,2%. Contudo, no biênio 2015-16, ambos voltaram a patamares semelhantes aos dos anos iniciais da série, e quase todo o ganho que tiveram em termos de redução de desemprego se perdeu. Assim, ao comparar-se a taxa de desemprego de 2016 com a de 1993, houve redução de 4,2% entre os negros e de 13,9% entre os não negros. Se, no decênio 2001-10, a taxa de desemprego reduziu-se mais intensamente entre os negros no mercado de trabalho da RMPA, o que levou à diminuição da razão entre sua taxa de desemprego e a dos não negros, corroborando a queda da desigualdade entre os dois grupos populacionais (VERGARA, 2014), no último biênio de crise no mercado de trabalho (2015-16), esses avanços foram desfeitos.

A distribuição dos desempregados mostra que os negros eram 18,4% do total desses em 1993 e passaram para 17,8% em 2016. No período enfocado por este estudo, a taxa de desemprego dos negros reduziu-se de 16,8% da respectiva PEA em 1993 para 16,1% em 2016, enquanto a dos não negros passou de 11,5% para 9,9%

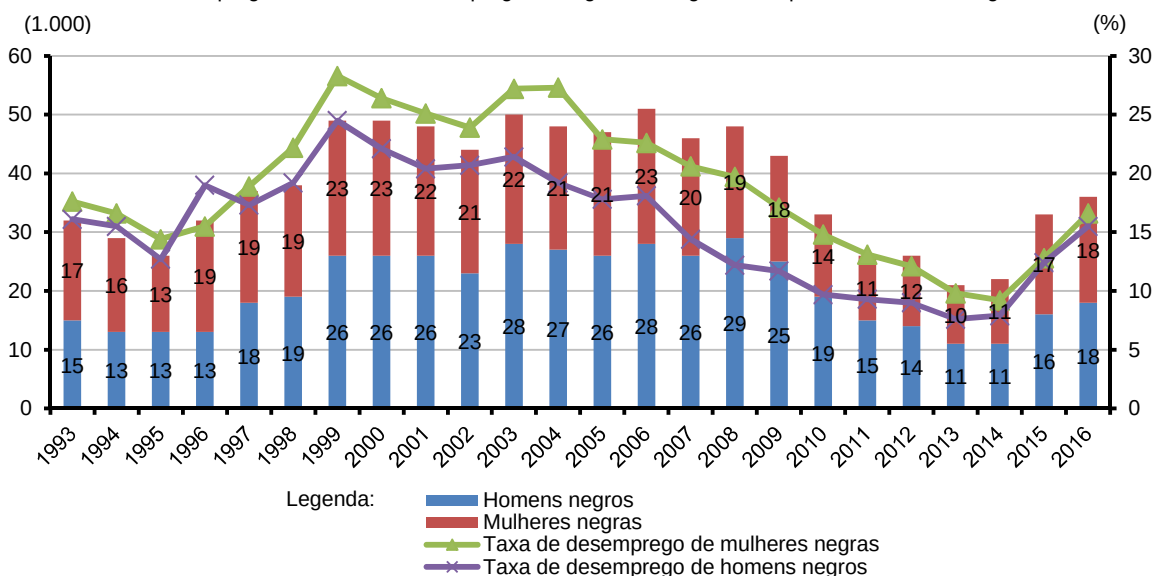
¹⁴ Para mais detalhes sobre a diminuição da desigualdade entre negros e não negros na primeira década do século XXI, no mercado de trabalho da RMPA, ver Vergara (2014).

na mesma base comparativa. A incidência do desemprego foi mais elevada entre os negros, e a evolução das taxas de desemprego no período em análise mostrou que a sua queda foi menos intensa para negros do que para não negros. Como decorrência, a razão entre as taxas de desemprego dos dois grupos populacionais subiu de 1,46 em 1993 para 1,63 em 2016, aumentando a desigualdade entre ambos. É importante ressaltar que, enquanto a taxa de desemprego da população negra oscilou em torno dos 18% na maior parte da série histórica, sua população em idade ativa, ou mesmo economicamente ativa, girou em torno de 11%, às vezes um pouco mais. Na medida em que a taxa de desemprego dos negros não se reduziu com mais intensidade, em comparação com a dos não negros, a diminuição da sua parcela relativa no contingente total de desempregados deveu-se a fatores que operaram pelo lado da oferta de trabalho: como identificado anteriormente, ocorreu pouco aumento na proporção de negros tanto na PIA total quanto na PEA total da RMPA, no período em foco, em comparação com os mesmos dados dos não negros.

As mulheres negras tiveram as maiores taxas de desemprego em quase todos os anos da série — apenas em 1996, a taxa dos homens negros superou a das mulheres (Gráfico 2). Os homens negros ficaram com a segunda maior taxa de desemprego em quase todos os anos. Em 2015 e 2016, as taxas de desemprego de homens negros e mulheres negras se aproximaram devido à intensidade do crescimento do desemprego entre os homens negros. Para as mulheres negras, a estimativa do contingente de desempregadas teve três fases ao longo do período 1993-2016. Numa primeira fase, entre 1993 e 1998, o conjunto de desempregadas não ultrapassava 20 mil, depois, numa segunda fase, de 1999 a 2009, passou a ter mais de 20 mil mulheres e, finalmente, numa terceira fase, de 2010 em diante, voltou a ter menos de 20 mil desempregadas. O movimento nas estimativas de desempregados para os homens negros foi semelhante, com a diferença de que o retorno a menos de 20 mil desempregados ocorreu em 2008, antes, portanto, do que o das mulheres negras. O contingente de mulheres negras desempregadas era geralmente um pouco inferior ao de homens negros desempregados, de 1993 a 1998, mas, entre 1999 e 2014, veio um período em que o número de desempregadas ficou maior que o de desempregados. Em 2015, voltou a ser menor e, em 2016, igual (Gráfico 2).

Gráfico 2

Estimativa dos desempregados e taxa de desemprego de negros na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2016



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

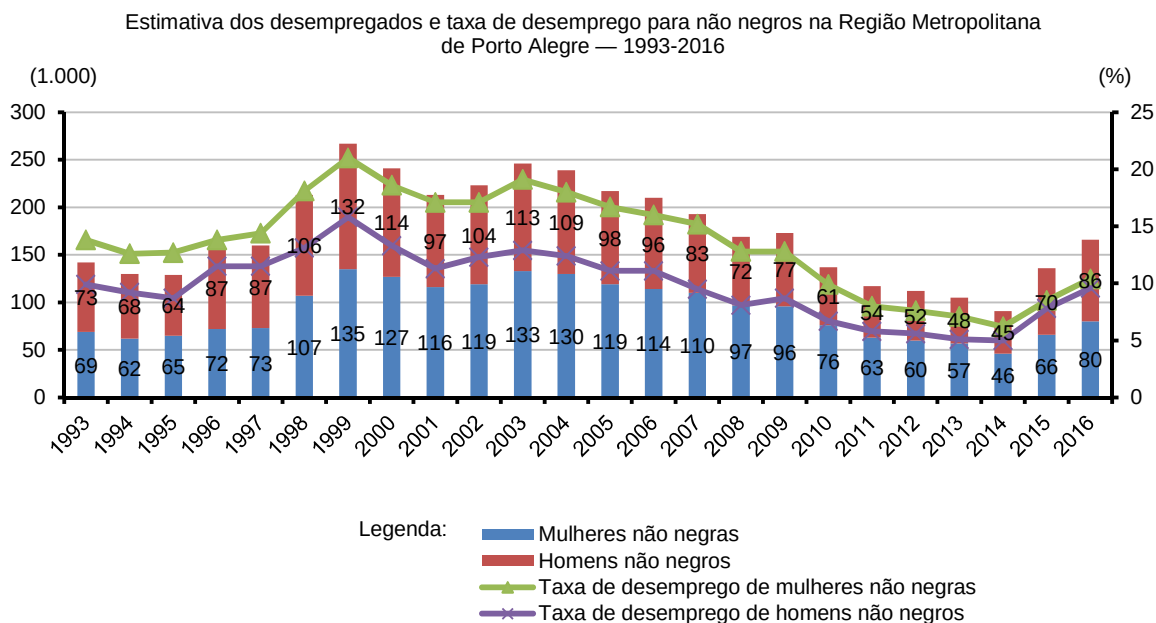
NOTA: Raça/cor negra = pretos e pardos.

O comportamento do desemprego das mulheres não negras pode ser caracterizado em três fases distintas quanto ao número de desempregadas. A primeira fase, de 1993 a 1997, apresentava um contingente bem inferior a 100 mil desempregadas, e a segunda, de 1998 a 2007, ultrapassou as 100 mil desempregadas, retornando, na terceira fase, de 2008 a 2016, a um conjunto de menos de 100 mil mulheres sem emprego.

Os homens não negros também tiveram três períodos distintos: (a) de 1993 a 1997, com menos de 100 mil desempregados, (b) de 1998 a 2006, com mais de 100 mil ou próximo disso e (c) a partir de 2007, com bem menos de 100 mil (Gráfico 3). Quanto à distribuição dos desempregados, tem-se uma primeira fase, de 1993 a 1998, em que as mulheres negras eram em menor proporção que os homens negros; uma segunda fase, de 1999 a 2013, em que a proporção de negras desempregadas era maior que a dos negros desempregados; e, finalmente, na terceira fase, nos últimos três anos a partir de 2014, as negras voltaram a ter uma menor proporção de desem-

pregados que os negros. Com a crise econômica, os homens negros passaram a ter mais problemas para conseguir emprego. A partir de 2015, houve recessão econômica e todos os segmentos da PEA foram atingidos pelo desemprego, destacando-se as parcelas mais representativas do mercado de trabalho, dentre elas, os homens, os trabalhadores maduros com 40 anos ou mais e os chefes de domicílio (VERLINDO, 2016), e esse perfil do desempregado também se aplicou aos homens negros, atingindo principalmente os chefes de domicílio.

Gráfico 3



FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.
 NOTA: Raça/cor não negra = brancos e amarelos.

As mulheres não negras desempregadas eram em menor proporção que os homens não negros desempregados de 1993 a 1997 (com exceção do ano de 1995) e passaram a ter maior proporção de desempregadas, em relação aos homens, de 1998 a 2014. Em 2015 e 2016, voltaram a ser em menor proporção. No período 1998-2014, as mulheres não negras ultrapassaram 40% dos desempregados totais e, nos anos 2015-16, passaram para cerca de 39%, como no início da série histórica.

5 Rendimentos

Na série 1993-2016, o único grupo que teve diminuição de rendimentos foi o dos homens não negros, que teve uma redução de 9,4%, enquanto os demais tiveram aumento: mulheres negras, de 28,7%, homens negros, de 7,5%, e mulheres não negras, de 10,8%. As mulheres negras tiveram um período de ampliação de seus rendimentos entre 2007 e 2014. Os homens negros tiveram seu período de crescimento iniciando em 2008 e encerrando em 2014. Esse foi o melhor período para ambos, porque havia crescimento econômico e valorização do salário mínimo, o que afetou diretamente o aumento dos rendimentos dos dois segmentos. As mulheres não negras iniciaram seu período de aumento de rendimentos antes dos demais grupos: de 2004 a 2011, e os homens não negros, de 2005 a 2013. Todos os grupos tiveram perdas expressivas no biênio 2015-16. Com exceção das mulheres não negras, que tiveram sua maior perda em 2003, todos os outros grupos tiveram suas maiores reduções de rendimentos médios na principal ocupação em 2015-16.

Os negros e os não negros tiveram uma queda de rendimentos entre o primeiro período (1993-2000) e o segundo (2001-10) e tiveram uma recuperação no terceiro período (2011-16). Como pode ser visto na Tabela 8, os negros tiveram aumento de salário na ordem de 13,4% entre o terceiro período e o primeiro, enquanto os não negros praticamente se mantiveram estáveis (0,9%). Isso fez com que a lacuna entre negros e não negros, em termos de rendimento médio real, diminuísse. Os ganhos dos negros eram de 63,7% do valor do dos não negros no período 1993-2000 e passou para 65,4% nos anos 2001-10, para chegar a 71,6% em 2011-16.

Tabela 8

Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal, por raça/cor e sexo na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2000, 2001-10 e 2011-16

PERÍODOS	TOTAL	NEGROS			NÃO NEGROS		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1993-2000	2.154	1.435	1.155	1.680	2.254	1.777	2.588
2001-10	2.016	1.379	1.160	1.579	2.108	1.759	2.386
2011-16	2.189	1.628	1.400	1.840	2.275	1.955	2.548

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: 1. Raça/cor negra = pretos e pardos; raça/cor não negra = brancos e amarelos.

2. Inflator utilizado: IPC-IEPE.

3. Excluem-se, dos ocupados, os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

6 Comparação entre os biênios da crise

6.1 A força de trabalho

Nos dois momentos de crise, a população negra em idade ativa diminuiu de um ano para o outro. No primeiro biênio, a população negra em idade ativa reduziu-se em 5,4%, enquanto, no segundo biênio, a redução foi de 11,8%. A população não negra em idade ativa aumentou nos dois biênios: 4,2% e 2,3% respectivamente.

No primeiro biênio, a PEA dos negros ficou praticamente estável, enquanto a dos não negros cresceu 6,3% de um ano para o outro. No segundo biênio, tanto a PEA dos negros quanto a dos não negros diminuiu, sendo que a redução da PEA dos negros foi bem maior (14,5%), comparada com a dos não negros (0,7%). Quanto às mulheres, a PEA de negras e a de não negras tiveram comportamento similar nos dois biênios de deterioração do mercado de trabalho: cresceram no primeiro e reduziram-se no segundo. A PEA das negras teve aumento de 5,8% em 1998-99 e redução de 9% em 2015-16, enquanto a das não negras teve crescimento de 9,7% em 1998-99 e queda de 1,4% em 2015-16.

A taxa de participação dos negros aumentou no primeiro biênio (1998-99) e caiu no segundo (2015-16) (Tabela 9) e seguiu o mesmo padrão da dos não negros. No primeiro biênio, os negros passaram de 55% em 1997 para 59,5% em 1999 (um crescimento de 8,2%). No segundo biênio, passaram de 53,9% em 2014 para 52,7% em 2016 (um decréscimo de 2,2%). No primeiro biênio, os não brancos passaram de 53,9% em 1997 para 58,2% em 1999 (um crescimento de 8,0%). No segundo biênio, passaram de 54,4% em 2014 para 53,1% em 2016 (um decréscimo de 2,4%). Assim, nos biênios em análise, o comportamento da taxa de participação nos dois segmentos aqui investigados foi muito similar, não havendo diferença substancial entre eles, em termos de participação, em épocas de crise no mercado de trabalho.

Tabela 9

Taxa de participação, por raça/cor e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1997-99 e 2014-16

PERÍODOS	TOTAL	NEGROS			NÃO NEGROS		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1997	54,0	55,0	47,0	64,5	53,9	41,6	67,5
1998	56,7	56,0	48,4	64,9	56,8	45,8	68,8
1999	58,3	59,5	54,1	65,8	58,2	48,4	68,9
2014	54,4	53,9	47,8	61,2	54,4	46,5	63,6
2015	54,7	54,5	48,1	61,5	54,7	47,0	63,7
2016	53,1	52,7	46,7	60,4	53,1	45,7	61,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: Raça/cor negra = pretos e pardos; raça/cor não negra = brancos e amarelos.

6.2 Estimativa dos desempregados e taxa de desemprego, por cor e sexo

No conjunto do primeiro biênio (anos 1998-99), houve um aumento de 119 mil desempregados, que passaram de 197 mil em 1997 para 316 mil em 1999 (um crescimento de 60,4%). No conjunto do segundo biênio (2015-16), o crescimento do contingente de desempregados foi de 89 mil, passando de 113 mil em 2014 para 202 mil em 2016 (um crescimento de 78,7%). Os dois biênios foram momentos de grande aumento de desemprego, mas o desempenho de 2015-16 foi ainda pior.

Para os negros, houve aumento de 12 mil no contingente de desempregados, no primeiro biênio (anos 1998-99), um crescimento de 32,4%, bem menor, portanto, que o do total dos trabalhadores, como visto anteriormente. Isso faz com o peso maior do aumento do desemprego nesse biênio recaia sobre os não negros, cujo conjunto de desempregados subiu 66, 9%: de 160 mil em 1997 para 267 mil em 2000.

No segundo biênio (2015-16), o contingente de negros desempregados teve um aumento de 14 mil, correspondendo a 63,4% de crescimento, menor que o do total dos trabalhadores, mas mais impactante que no primeiro biênio. Já os não negros tiveram um aumento de 75 mil desempregados (82,4%), o que fez com que novamente tivessem peso maior no desemprego que os negros.

Assim, poder-se-ia concluir que, em épocas de crise no mercado de trabalho, os trabalhadores não negros são mais atingidos pelo desemprego. Entretanto, quando se analisa o total dos trabalhadores negros, vê-se que o contingente de desempregados diminuiu no segundo biênio em relação ao primeiro, mas, para os não negros, a retração no número de desempregados foi maior. Enquanto os desempregados negros tiveram uma redução de 20,5% no segundo biênio em relação ao primeiro, o contingente de desempregados não negros diminuiu 37,1% no mesmo período.

Quem mais teve redução foram as mulheres não negras (39,7%), e os que menos tiveram redução foram os homens negros (14,3%). Portanto, em termos estruturais, o desemprego continua afetando mais os trabalhadores negros. Esse indicador mostra que, nos biênios de crise, os negros têm redução menor do desemprego, o que, junto com as taxas maiores de desemprego que eles têm, quando comparados aos não negros, confirma que o problema do desemprego entre os negros é mais persistente e possui características estruturais. Ele atravessa a série histórica e, em momentos conjunturais de crise, tende a se agravar. O segundo biênio de crise afetou mais os negros que o primeiro. Enquanto, no primeiro biênio, os desempregados negros eram 15,1% e 15,5% do total, no segundo biênio, passaram a ser 19,5% e 17,8%. A crise do segundo biênio foi mais grave para os negros, que aumentaram sua proporção entre os desempregados.

6.3 Ocupação

Quanto à distribuição por posição na ocupação, ocorreu redução de ocupados com carteira assinada em 1998 (3,3%) e em 1999 (2,8%). De forma concomitante, ampliou-se o contingente de trabalhadores sem carteira assinada: 8,8% em 1998 e 18,9% em 1999. Já no outro biênio, houve ampliação do número de trabalhadores com carteira assinada em 2,8%, no ano de 2015, e redução de 2,0% em 2016. De forma inversa, os trabalhadores sem carteira assinada diminuíram 10,5% em 2015 e aumentaram 7,8% em 2016. Entre os assalariados, o setor público apresentou redução de contingente nos dois biênios: 5,3% em 1998, 4,8% em 1999, 3,2% em 2015 e 5,0% em 2016.

Entre os negros, destaca-se o aumento dos trabalhadores sem carteira assinada em 1998 (7,9%) e em 1999 (22,0%). Tal movimento foi acompanhado por uma redução de 5,2% dos trabalhadores com carteira assinada em 1998 e de um aumento de 1,0% em 1999. No segundo biênio, os trabalhadores negros com carteira assinada aumentaram 2,0% em 2015 diminuíram 2,7% em 2016, de forma inversa àqueles sem carteira assinada, que diminuíram 18,2% em 2015 e aumentaram 24,1% em 2016. Entre as mulheres negras, destaca-se, no trabalho com carteira assinada, redução de 10,2% em 1998 e crescimento de 5,2% em 1999. De forma semelhante, a distribuição no emprego doméstico cresceu 7,1% em 1998 e reduziu 4,9% em 1999. Em 2015, ocorreu crescimento tanto no emprego assalariado no setor privado com carteira assinada (5,3%) quanto no emprego doméstico (4,8%). Já em 2016, ocorreu redução de 4,3% no contingente das mulheres negras com carteira assinada e aumento de 18,5% em empregos domésticos. Entre os homens negros, houve uma variação mais intensa na posição do trabalhador assalariado no setor privado sem carteira assinada: crescimento de 5,8% em 1998 e de 24,8% em 1999. No segundo biênio, houve redução de 20,9% em 2015 e crescimento de 33,8% em 2016.

Entre os não negros, o movimento geral foi semelhante, de redução do trabalho assalariado com carteira assinada tanto no primeiro biênio (de 3,1% em 1998 para 3,0% em 1999) quanto no segundo (de 2,9% em 2015 para 1,7% em 2016). Ao mesmo tempo, o trabalho assalariado sem carteira assinada seguiu o mesmo comporta-

mento que o dos negros: 9,0% em 1998; 17,8% em 1999; 8,9% em 2015 e 3,9% em 2016. Entre as mulheres não negras, não se observou o movimento de saída do emprego doméstico para o trabalho assalariado, como ocorreu com as mulheres negras.

6.4 Renda

Em ambos os biênios, todos os grupos tiveram redução de rendimentos. Em 1998-99 (dados de 1999 em relação a 1997), o salário das mulheres negras diminuiu 6,3%, o dos homens negros, 0,6%, o das mulheres não negras, 6,3, e o dos homens não negros, 5,5%. Em geral, nesse primeiro biênio, as mulheres, tomadas em conjunto, perderam mais que os homens. O contrário ocorreu no segundo biênio (2015-16, com dados de 2016, em relação a 2014), quando os homens, tomados em conjunto, tiveram seus rendimentos reduzidos com mais intensidade do que os das mulheres. A renda das mulheres negras diminuiu 12,3%, a dos homens negros, 15,3%, a das mulheres não negras, 11,8%, e a dos homens não negros, 17,1%.

Com as Tabelas 10 e 11, pode-se perceber que as diferenças de rendimentos entre os grupos continuam a demonstrar desigualdade, com uma melhoria mais no final da série (2015-16).

Tabela 10

Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal, por raça/cor e sexo, segundo posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1998-99 e 2015-16

PERÍODOS	TOTAL	NEGROS			NÃO NEGROS		
		Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
1998	2.254	1.528	1.249	1.763	2.346	1.882	2.670
1999	2.180	1.465	1.185	1.732	2.263	1.796	2.608
2015	2.128	1.653	1.376	1.909	2.203	1.956	2.416
2016	1.957	1.485	1.329	1.640	2.026	1.795	2.231

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: 1. O inflator utilizado para o rendimento médio real dos ocupados foi o IPC-IEPE.

2. Os ocupados excluem os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

3. Raça/cor negra = pretos e pardos; raça/cor não negra = brancos e amarelos.

Tabela 11

Comparação entre rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal, por raça/cor e sexo, segundo posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1998-99 e 2015-16

					(%)
DISCRIMINAÇÃO	MULHERES NEGRAS	HOMENS NEGROS	MULHERES NÃO NEGRAS	HOMENS NÃO NEGROS	
1998-99					
Mulheres negras	-	69,6	66,2	46,1	
Homens negros	43,7 a mais	-	95,0	66,2	
Mulheres não negras	51,2 a mais	5,2 a mais	-	69,7	
Homens não negros	117,0 a mais	51,0 a mais	43,6 a mais	-	
2015-16					
Mulheres negras	-	76,6%	72,2	58,3	
Homens negros	31,1 a mais	-	94,5	76,3	
Mulheres não negras	38,6 a mais	6,0 a mais	-	78,0	
Homens não negros	71,8 a mais	31,3 a mais	23,9 a mais	-	

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

NOTA: 1. O inflator utilizado para o rendimento médio real dos ocupados foi o IPC-IEPE.

2. Os ocupados excluem os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

3. Raça/cor negra = pretos e pardos; raça/cor não negra = brancos e amarelos.

Considerações finais

Este trabalho procurou, de forma sucinta, caracterizar a inserção dos negros no mercado de trabalho da RMPA, no período 1993-2016 e também em dois biênios em que o desemprego havia aumentado (1998-99 e 2015-16). O trabalho evidenciou um menor ritmo de crescimento para a PIA negra em comparação à não negra, o que se refletiu em uma parcela relativa de negros menor na PIA total da RMPA. A força de trabalho também seguiu a mesma tendência de decréscimo, diminuindo a proporção de negros no mercado de trabalho local.

Em 2016, a taxa de participação dos negros se situava em nível inferior à dos não negros. O nível ocupacional dos negros na RMPA teve um desempenho inferior ao dos não negros no período em análise. Quanto à estrutura ocupacional, houve avanço no assalariamento da população negra, com destaque para o setor privado com carteira de trabalho assinada, que ultrapassou, em 2008, a proporção existente entre os não negros.

A taxa de desemprego dos negros acompanhou os movimentos da do total dos desempregados, mas se manteve sempre acima da dos não negros. A taxa de desemprego atingiu o menor nível para negros e não negros em 2014. A redução do desemprego para os não negros foi maior que para os negros (52,2% contra 49,4%). No biênio 2015-16, não só o desemprego voltou a ter taxas do começo dos anos 90, como os negros é que tiveram maiores perdas comparativamente aos não negros, e a distância entre eles, medida pela razão entre a taxa de desemprego dos negros e a taxa de desemprego dos não negros, voltou a aumentar.

A diminuição da parcela relativa de negros no contingente total de desempregados deveu-se ao pouco aumento da proporção de negros tanto na PIA total quanto na PEA total da RMPA, no período em foco, em comparação com os mesmos dados dos não negros.

No desempenho do mercado de trabalho na RMPA, foi possível perceber que negros e não negros foram afetados de forma semelhante pelas crises do mercado de trabalho. Contudo, a população negra já se encontrava em posição desvantajosa em relação à não negra antes dos períodos de crise, por isso, tendeu a sofrer mais perdas do que essa. As desvantagens dos negros decorrem inicialmente de sua menor qualificação, o que tem como consequência partirem de empregos de menor remuneração e com menor proteção social, ocupando mais empregos sem carteira do que os não negros. Em épocas de crise, os negros acumulam esses efeitos negativos, aumentando sua proporção nos segmentos dos desempregados e dos trabalhadores precarizados.

Desde o início da série, a população negra apresentou desvantagem em relação à não negra, nos seguintes aspectos: distribuição em algumas das posições mais precárias (emprego doméstico, trabalho assalariado sem carteira), escolaridade e remuneração. Todavia, tais distâncias podem ser reduzidas, como indicam os dados do período 2001-14. Contudo, o biênio 2015-16 interrompeu e parece ter revertido tal processo, devido à estagnação da economia brasileira, que não gerou novos empregos e que, pelo contrário, aumentou o desemprego, atingindo mais os negros, como demonstrado neste trabalho.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARANDIA, A. K. Evolução do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1999-2010. In: BASTOS, Raul Luís Assumpção (Coord). **Retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI**. Porto Alegre: FEE, p. 11-32, 2013.

BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M.; WILNES, H. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade**: o Brasil nos anos 90. São Paulo: UNESP; Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.

BASTOS, R. Tendências da força de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: 1993-2013. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 83-96, 2015. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3446/3527>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

BASTOS, R. Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre na primeira década do século XXI: tendências e características. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18, Aguas de Lindoia/SP, 2012. **Anais...** ABEP, 2012.

BASTOS, R. Uma nota sobre o desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período recente. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 127-140, 2017. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3905/3807>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

BORGES, B. K.; BIASOLI, P. K. Mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2014: desempenho pouco favorável. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 99-108, 2015. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3498/3543>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

DEDECCA, C., BALTAR, P. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, número especial, p. 65-84, 1997.

DE TONI, M. *et al.* O mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Ensaio FEE**. v 14, n. 2, p. 601-631, 1993.

DE TONI, M. Para onde vai o mercado de trabalho? A tendência à precarização das relações de trabalho — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2006. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/teses/teses_fee_08.pdf>. Acesso em: 1º maio 2017.

FERNANDES, F. **A integração dos negros na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MAIA, A. G.; GARCIA, V.G. Desigualdade e discriminação segundo gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro: 1982 a 2005. **Revista ABET**, v. 6, n. 2, 2007.

MORETTO, Amilton; KREIN, José D. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9. Recife, 2005. **Anais**. ABET, 2005.

SALM, C. (Coord.). **O mercado de trabalho brasileiro — estrutura e conjuntura**. Rio de Janeiro: IEI, 1987.

TELLES, E. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2003.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília. DF: IPEA, 2008. p. 15-44. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2017.

VERGARA, D. H. Uma breve caracterização da inserção dos negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: 2001-10. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 109-124, 2014. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3104/3564>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

VERLINDO, J. A. S. Perfil sociodemográfico do desempregado em 2015, na RMPA. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre, ano 25, n.4, 2016. <<http://carta.fee.tche.br/wp-content/uploads/2016/04/20160412carta-2504.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

